

# Breve Cronologia histórica do Direito Ambiental no Brasil

## Período Colonial

### 1500 Ordenações Afonsinas

Livro IV, título XXXIII, codificava as sesmarias.  
Livro V, título LVIII, proibia o corte deliberado de árvores frutíferas.

### 1521 Ordenações Manuêlinas

Livro V, título LXXXIII, proibia a caça de perdizes, lebres e coelhos.  
Livro V, título C, tipificava o corte de árvores frutíferas como crime.

### 1548 Regimento do Governo Geral

Nele, Thomé de Souza, o Governador Geral, manifestava a preocupação com a escassez das madeiras.

### 1603 Ordenações Filipinas

Livro I, título LVIII, estipulava um programa de benfeitorias públicas para construção de pontes, calçadas e fontes de acesso público à água. Nos parágrafos 41 e 42 e 46 ordenava o cultivo de árvores frutíferas.  
Livro V, título LXXV, estipulava a pena de açoite ou degredo por quatro anos para quem cortasse árvore ou frutívo, se o dano fosse mínimo, caso contrário, o degredo seria perpétuo.  
Livro V, título LXXVIII, estabelecia a proteção de certos animais.

### 1605 Regimento do Pau-Brasil

É considerado a primeira lei protecionista florestal brasileira. Previa penas severíssimas para aqueles que explorassem a árvore do Pau-Brasil sem a licença real. Foi desse regimento que se originou a expressão "madeira de lei".

### 1607 Alvará de 02 de outubro

Prevê a aplicação da teoria da responsabilidade subjetiva (comprova do dolo ou a culpa do agente) pelo dano causado aos animais e aos pomares vizinhos.

### 1608 Lei de 24 de maio

Adotava a teoria da responsabilidade objetiva (o agente responde independente de dolo ou a culpa) pelos danos causados pelo gado nos olivais vizinhos.

### 1738 Provisão do Governador do Rio de Janeiro de 07 de agosto

Proibia a exportação da madeira "Tapinhão", exceto para a utilização no fabrico de navios de guerra.

### 1743 Provisão do Governador do Rio de Janeiro

Proibia o corte da espécie vegetal "Mangue Vermelho" que só poderia ser utilizada nas construções de edifícios.

### 1751 Regimento da Relação do Rio de Janeiro

Determinava que o Governador atentasse para as queimadas das lenhas e para os cortes de madeiras.

### 1773 Carta Régia de D. Maria I

Ordenava ao Vice-Rei do Brasil a proteção para as madeiras nas matas.

### 1797 Cartas Régias aos Governadores das Capitanias

Várias Cartas foram expedidas nesse ano e ordenavam a proteção da fauna, das águas, dos solos e dos arvoresdos principalmente os localizados próximo aos mares e nas margens dos rios.

### 1799 Regimento de Cortes de Madeiras

Estabelecia rigorosas regras para a derrubada de árvores.

### 1802 Instruções de José Bonifácio

Estabelecia as primeiras instruções para reflorestar a costa brasileira.

### 1808 Decreto de Dom João VI de 13 de junho

Mandava incorporar aos bens da Coroa o engenho e terras às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas. É reconhecido como o ato de criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, considerado a primeira unidade de conservação brasileira, destinada a preservar espécies e estimular estudos científicos.

### 1809 Ordem de 9 de abril

Prometia a liberdade aos escravos que denunciassem contrabandistas de Pau-Brasil.

### 1817 Decreto de 3 de agosto

Proibia o corte de árvores nas áreas circundantes do rio Carioca, no Rio de Janeiro.

### 1817 Intendência Geral das Minas e Metais do Reino

José Bonifácio, nomeado intendente, solicitou à Corte o reflorestamento das costas brasileiras, sendo atendido.

### 1822 Resolução do Reino nº 76 de 17 de julho:

Consulta da Mesa do Desembargo do Paço  
Seguindo os conselhos de José Bonifácio, o Imperador extinguiu a concessão de sesmarias futuras, deixando de prevalecer o prestígio dos títulos de propriedade em favor da posse, da ocupação e do uso das terras.

## Período Imperial

### 1850 Lei nº 601

Dispunha sobre as terras devolutas do Império.  
Avalia-se que foi a primeira Lei de Terras do Brasil. Considerava crime, com pena de prisão, de 2 a 6 meses e multa, o ateamento de fogo ou a derrubada de matas. Estabeleceu a responsabilidade por dano ambiental fora do âmbito da legislação civil. Para a legitimação da posse e outras concessões do Governo, exigia-se o "princípio de cultura", não se considerando como tal os simples roçados, derrubadas ou queimas de matos, fazendo mister que fossem acompanhadas por uma cultura efetiva e moradia habitual.

### 1861 Portaria nº 577 de 11 de Dezembro:

Agricultura Comércio e Obras Públicas  
Tratava do replantio e conservação da Floresta da Tijuca.

## Período Republicano

### 1895 Convênio das Egretes, Paris

Subscrito pelo Brasil, tratava da preservação de milhares de garças que povoavam rios e lagos da Amazônia.

### 1911 Decreto nº 8.843 de 26 de junho

Criava a primeira reserva florestal do Brasil, no antigo território do Acre hoje denominada Floresta Estadual do Antimari.

### 1916 Código Civil de 1º de janeiro

Nos seus artigos 554 e 555 tratava dos direitos de vizinhança e do uso nocivo da propriedade.

### 1921 Decreto nº 4.421 de 28 de dezembro do Poder

Legislativo  
Criou o Serviço Florestal do Brasil, sucedido pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis, este pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF e, atualmente, pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

### 1923 Decreto nº 16.300 de 31 de dezembro

Aprovou o regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública onde previa-se o funcionamento de indústrias nocivas à saúde somente em prédio isolado de residências, afastado das habitações e a juízo da autoridade sanitária.

### 1934 Ordenamento Jurídico Brasileiro

Instituiu o Código Florestal (DEC 23.793 de 23/01/1934), o Código de Águas (DEC 24.643 de 10/07/1934) e o Código de Minas (DEC 24.642 de 10/07/1934).

### 1937 Decreto-Lei nº 25

Organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Estendeu os efeitos dessa proteção para os ambientes naturais que "importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana."

### 1961 Decreto 50.923 de 6 de julho

Criou o Parque Nacional do Rio de Janeiro situado na Floresta da Tijuca, posteriormente teve seu nome alterado para Parque Nacional da Tijuca através do DEC 60.183 de 08/02/1967.

### 1962 Lei nº 4.132 de 10 de setembro

Definiu os casos de desapropriação por interesse social e previa a desapropriação para a proteção do solo e a preservação dos cursos e mananciais de água, bem como das reservas florestais.

### 1974 Lei nº 6.151 de 04 de dezembro do II Plano

Nacional de Desenvolvimento  
Adotou medidas de desenvolvimento racional dos recursos naturais voltadas para a preservação do meio ambiente, tais como: combate à poluição industrial, conservação do solo, criação de uma rede de estações ecológicas em áreas localizadas e estabelecimento de diretrizes para o zoneamento industrial.

### 1977 Lei nº 6.453

Estabeleceu as hipóteses de responsabilidade civil objetiva e responsabilidade criminal dos agentes causadores de danos nucleares.

### 1981 Lei nº 6.938 de 31 de agosto

Dispôs sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, instituindo o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA como órgão superior consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e prevê a exigência da avaliação de impacto ambiental para a obtenção de licenciamento em qualquer atividade de significativa degradação do meio ambiente, especialmente nas áreas consideradas patrimônio nacional.

### 1985 Lei nº 7.347 de 24 de julho

Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados, entre outros, ao meio-ambiente, tornando-se um importante instrumento de preservação ambiental.

### 1988 Constituição Federal: Cap.VI, art.225

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

